

USEBENS SEGUROS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018

USEBENS SEGUROS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.S.^{as}. as demonstrações contábeis da Usebens Seguros S.A., relativas ao período findo em 30 de junho de 2018, elaboradas na forma da legislação societária e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Através da busca constante de alternativas na diversificação do seu portfólio, atuando em outras áreas de negócios, houve crescimento na produção comparada ao mesmo período do ano anterior. Um dos produtos com forte atuação é o Prestamista, que possui mercado consolidado no Brasil e com possibilidade de comercialização em diversas linhas de negócios, como empréstimos, cheque especial, cartão de crédito, consórcios e financiamentos contratados junto às Instituições Financeiras e Administradoras de Consórcios.

Outro produto que apresentou um forte crescimento foi o Seguro Automóvel, fruto de investimento na área comercial e da intensificação na busca de novas parcerias com empresas de rastreamento automotivo onde, em caso de roubo ou furto, se o veículo não for recuperado, é efetuada a indenização de acordo com o percentual contratado sobre o valor da tabela de referência de mercado.

Como consequência dessa diversificação apresentada, conseguimos aumentar a participação dos demais produtos na carteira da Seguradora, contribuindo para o resultado apresentado de Prêmios Emitidos e Ganhos no período.

A Seguradora destaca-se fortemente pela proximidade e agilidade que imprime às interações com as instituições com as quais se relaciona, o que nos diferencia neste mercado altamente competitivo.

No semestre os prêmios emitidos líquidos atingiram o total de R\$ 57.702 (R\$ 42.056 em prêmios ganhos), representando crescimento de 38,29% em relação ao mesmo período de 2017. Excluindo os valores do seguro DPVAT, a Seguradora teve prêmios emitidos líquidos de R\$ 46.398 (ante R\$ 27.872 do mesmo período do ano anterior), configurando aumento de 66,47%. Este crescimento deriva da expansão de nossa oferta de produtos de pessoas, que representou mais da metade dos prêmios emitidos líquidos, bem como o crescimento no ramo de automóveis, através do seguro com rastreamento automotivo, seja pelas operações instaladas, bem como pela expansão das parcerias para distribuição do seguro.

Nossos índices de sinistralidade atingiram 37,59% sobre os prêmios ganhos (47,61% no mesmo período de 2017). Excluindo o Seguro DPVAT desta análise, apresentamos no período 21,27% dos prêmios ganhos, ante 23,40% no mesmo período do ano anterior. A queda nos índices de sinistralidade foi reflexo da mudança de metodologia do cálculo do IBNR, através da revogação da seção IV do capítulo I do Título I da Circular SUSEP 517/2015 deliberada na Circular SUSEP 561/2017. Entretanto houve aumento no volume de sinistros avisados, impacto esse apresentado primeiramente pelo Auto Rastreado, devido ao crescimento da carteira, aumentando assim exposição ao risco. O segundo produto que apresentou aumento no volume de sinistros foi o Seguro Prestamista, contribuindo com valores de indenização mais elevados, se comparados aos riscos anteriormente administrados pela Seguradora. Uma das principais razões para isso é o atual cenário brasileiro, que vem apresentando desaceleração na economia e, com isso, leva muitas empresas a diminuírem o quadro de funcionários, elevando o índice de desemprego, que atingiu no final de junho de 2018, 12,4% (IBGE). Porém, mantemos nossos controles constantes na área de regulação de sinistro, avaliando os processos de controles internos desenvolvidos para a área. Referente aos custos de aquisição, o índice ficou em 41,61% sobre os prêmios ganhos (ante 31,64% no mesmo período do ano anterior). Excluindo o impacto do DPVAT, esse valor fica em 55,52%, vs. 50,99% no mesmo período do ano anterior, ocorrendo um aumento do comissionamento nos produtos comercializados, influenciado pelo ramo prestamista, que possui a maior participação na carteira total da companhia.

A Seguradora continua trabalhando no aprimoramento de suas ferramentas, objetivando suportar o crescimento estruturado, sustentável e qualificado de nossas operações. Damos grande importância à manutenção de controles internos adequados e ao estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). Os esforços continuam na melhoria contínua em controles internos e estrutura de gestão de risco, principalmente nos processos da área de subscrição e atuarial, que continuam a receber investimentos nesse exercício. Este programa visa reduzir erros, por meio de análise dos processos já existentes e controle dos riscos assumidos pela Seguradora.

Os investimentos realizados em períodos anteriores já apresentam resultados ao compararmos a participação das despesas administrativas sobre os prêmios emitidos no período. Estas despesas representaram 11,89% dos prêmios emitidos (12,32% excluindo operações do DPVAT), vs. 16,69% do mesmo período do ano anterior (21,02% excluindo operações do DPVAT).

O resultado financeiro teve queda de 25,92%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido à queda na taxa de juros. A Seguradora encerrou o período com um resultado antes de impostos de R\$ 1.913 vs. R\$ 993 no mesmo período do ano anterior.

Os acionistas terão direito a receber, como dividendo mínimo em cada exercício, o percentual do lucro de 5%, conforme definido no seu estatuto. O saldo de lucros

líquidos tem destinação por determinação da Assembleia Geral dos acionistas, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros.

Declaração de capacidade financeira: Em atenção à Circular SUSEP nº 508/2015, a Seguradora apesar de não possuir títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, considera ter capacidade financeira para assegurar, até os seus respectivos vencimentos, os títulos classificados como “disponível para venda”.

Em resumo, nosso desempenho é representativo de nossa estratégia de consolidar nossos diferenciais no mercado, enquanto buscamos o desenvolvimento de novos produtos, de maneira a nos permitir alcançar nossas metas de crescimento, mantendo a qualidade de nossos controles e serviços. Neste contexto, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos segurados e parceiros pela confiança depositada; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas; aos colaboradores diretos e indiretos da Seguradora, o reconhecimento pela dedicação e pelo trabalho, que foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.

Carlos Gustavo Zago
Diretor Presidente

Salvador José Veraldi Neto
Diretor Financeiro/Relações SUSEP

Alfredo Shimizu Júnior
CRC 1SP208722/O-1
Contador

Ricardo Cesar Pessoa
Atuário Técnico Responsável
MIBA 1076

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Usebens Seguros S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Usebens Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usebens Seguros S.A., em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional;



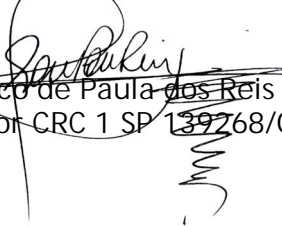
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

USEBENS SEGUROS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2018	31/12/2017		Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		105.941	126.033	Circulante		121.390	105.114
Caixa e equivalentes de caixa		408	698	Contas a pagar		2.277	1.335
Caixa e bancos		408	698	Obrigações a pagar		156	89
Títulos e valores mobiliários	6	71.828	96.485	Impostos e encargos sociais a recolher		720	683
Cotas de fundos de investimentos		66.188	59.497	Encargos trabalhistas		245	166
Títulos de renda fixa		5.640	36.988	Financiamentos		120	153
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.044	14.170	Impostos e contribuições		1.036	244
Prêmios a receber	7	13.497	13.458	Débitos de operações com seguros e resseguros		7.227	6.165
Operações com seguradora		1	1	Prêmios a restituir		13	36
Outros créditos operacionais		223	583	Operações com seguradora		20	20
Ativo de Resseguro	8	323	128	Corretores de seguros e resseguros		529	681
Títulos e créditos a receber		1.872	1.102	Resseguros a liquidar	8	6.038	4.016
Créditos a receber		702	217	Outros débitos operacionais		627	1.412
Créditos tributários	9	1.170	885	Depósitos de terceiros	12	22	20
Outros valores e bens		102	62	Prêmio e emolumentos recebidos		22	20
Outros valores		102	62	Provisões técnicas - seguros	13	111.864	97.594
Despesas antecipadas		15	20	Danos		75.597	68.084
Custos de aquisição diferidos	10	17.672	13.496	Pessoas		36.267	29.510
Seguros		17.672	13.496	Passivo não circulante		34.056	25.235
Ativo não circulante		71.909	26.350	Provisões técnicas - seguros	13	34.056	25.235
Realizável a longo prazo		69.908	24.553	Danos		1.091	1.229
Títulos e valores mobiliários	6	46.384	6.987	Pessoas		32.965	24.006
Títulos de renda fixa		46.214	6.823	Patrimônio líquido	15	22.404	22.034
Outras aplicações		170	164	Capital social		19.901	19.901
Custos de aquisição diferidos	10	23.524	17.566	Reservas de lucros		2.519	2.138
Seguros		23.524	17.566	Ajustes de avaliação patrimonial		(16)	(5)
Imobilizado	11	1.787	1.612	Total do passivo e patrimônio líquido		177.850	152.383
Bens móveis		1.461	1.488				
Outras imobilizações		326	124				
Intangível		214	185				
Outros intangíveis		214	185				
Total do ativo		177.850	152.383				

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

USEBENS SEGUROS S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos líquido		57.702	41.725
Variações das provisões técnicas de prêmios		(15.646)	(6.723)
(=) Prêmios ganhos	16.1	42.056	35.002
Receita com emissão de apólices		1.272	1.221
Sinistros ocorridos	16.2	(15.809)	(16.663)
Custos de aquisição	16.3	(17.500)	(11.077)
Outras receitas e despesas operacionais	16.7	(962)	(1.108)
Resultado com operações de resseguro		(289)	(201)
Despesas administrativas	16.4	(6.860)	(6.962)
Despesas com tributos	16.6	(1.717)	(1.358)
Resultado financeiro	16.5	1.580	2.132
Resultado operacional		1.771	986
Ganhos e perdas com ativos não correntes		142	7
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.913	993
Imposto de renda	18	(413)	(235)
Contribuição social	18	(349)	(203)
(=) Lucro líquido do semestre		1.151	555
Quantidade de ações		18.885.250	18.885.250
Lucro líquido por lote de mil ações		60,95	29,39

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

USEBENS SEGUROS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	1.151	555
Outros resultados abrangentes	<u>(10)</u>	<u>(3)</u>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(16)	(5)
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes (40%)	6	2
Total dos resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários	<u><u>1.141</u></u>	<u><u>552</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

USEBENS SEGUROS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19.901	352	1.281	(10)	-	21.524
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	5	-	5
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	555	555
Proposta para distribuição de resultado						
Distribuições através de AGOE	-	-	(1.100)	-	-	(1.100)
Saldos em 30 de junho 2017	19.901	352	181	(5)	555	20.984
Mutação do período	-	-	(1.100)	5	555	(540)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.901	462	1.676	(5)	-	22.034
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(11)	-	(11)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.151	1.151
Proposta para distribuição de resultado						
Distribuições através de AGO	-	-	(770)	-	-	(770)
Saldos em 30 de junho 2018	19.901	462	906	(16)	1.151	22.404
Mutação do período	-	-	(770)	(11)	1.151	370

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

USEBENS SEGUROS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro Líquido do semestre	1.151	555
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	135	59
(Reversão de perdas)/perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(39)	-
Perda na alienação de imobilizado e intangível	1	-
Atividades operacionais		
Diminuição dos ativos financeiros	(14.761)	(5.182)
Aumento/(diminuição) dos créditos e débitos das operações de seguros	143	(556)
Diminuição dos títulos e créditos a receber	(106)	-
Aumento/(diminuição) dos ativos de resseguro	22	(34)
Aumento/(diminuição) dos créditos fiscais e previdenciários	201	(84)
Aumento/(diminuição) despesas antecipadas	5	(4)
Diminuição dos custos de aquisição diferidos	(10.134)	(4.194)
Diminuição de outros ativos	(41)	(14)
(Diminuição)/aumento de fornecedores	(7)	48
Aumento/(diminuição) de outras contas a pagar	120	(233)
Aumento impostos e contribuições	792	439
Aumento dos débitos de operações com seguros e resseguros	998	188
Aumento das provisões técnicas - seguros	23.089	11.815
Aumento de depósitos de terceiros	3	2
Caixa líquido gerado nas operações	<u>1.572</u>	<u>2.806</u>
Impostos sobre lucros pagos	(477)	(352)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.095</u>	<u>2.454</u>
Das atividades de investimento		
Pagamento de compra de ativo imobilizado e intangível	(306)	(53)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(306)</u>	<u>(53)</u>
Das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(1.079)	(1.075)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(1.079)</u>	<u>(1.075)</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(290)</u>	<u>1.326</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	698	65
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	408	1.391
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(290)</u>	<u>1.326</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Usebens Seguros S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital nacional e fechado, com sede e escritório localizado na Cidade de São Paulo, SP, registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sob o código 0367-1. Sua controladora e holding é a Usebens Holdings Participação S.A. A Seguradora atua em todo o território nacional na comercialização de seguro de danos e de pessoas.

A expertise da Seguradora está voltada para a distribuição, em todo o território nacional, de seguros massificados, customizados de acordo com as necessidades da região, por intermédio de seus parceiros concessionários de veículos, instituições financeiras e de administradora de consórcios. Destaca-se por seu amplo portfólio de produtos, que representam uma fonte importante de rentabilidade a esses parceiros, sendo que entre os principais produtos estão: a) seguro de automóveis (rastreado); (b) prestamista; (c) vida em grupo; (d) acidentes pessoais; (e) GAP; (f) franquia zero; e (g) compreensivo residencial e empresarial.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação por seus Administradores e Acionistas em 31 de agosto de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, alterada parcialmente pela Circular SUSEP nº 521 de 24 de novembro de 2015 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016), alterada pela Circular SUSEP nº 543 de 22 de dezembro de 2016, e Circular SUSEP nº 544 de 27 de dezembro de 2016 (com alterações aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017) que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir de sua publicação. Esta Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 508/15.

Desta forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da circular SUSEP 517/15 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

2.2. Comparabilidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 517/15.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado em data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo em um ativo ou passivo, a Seguradora leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na preferência do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinada nessa base, exceto valor em uso na Redução ao valor recuperável de ativos CPC 01(R1).

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora.

2.5. Demonstração de resultados abrangentes (DRA)

Está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs.

2.6. Efeito das operações do DPVAT nos fluxos de caixa

As operações do consórcio DPVAT, pela sua natureza, não causam efeitos individuais nos fluxos de caixa da Seguradora, uma vez que suas operações são apuradas mensalmente, e os efeitos líquidos registrados na conta "Outros créditos operacionais", contabilizados exclusivamente com base nas informações disponibilizadas pela Seguradora Líder S.A., Administradora do seguro DPVAT.

2.7. Operações descontinuadas

Não houve atividades descontinuadas no período findo em 30 de junho de 2018.

3. Principais práticas contábeis

As seções a seguir descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis:

3.1. Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros, resseguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e, reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco.

As receitas e despesas relativas às operações no consórcio DPVAT são contabilizados exclusivamente com base nas informações disponibilizadas pela Seguradora Líder, administradora do seguro DPVAT.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores.

3.3. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

a) Definições

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entre de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

b.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. É classificado nessa categoria se:

- For adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Seguradora, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fazer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado (CPC 38).

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do exercício.

b.2) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

b.3) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida em uma conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

b.4) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

b.5) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é apurada com base na totalidade dos prêmios vencidos acima de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos, descontadas as cessões de prêmio e Imposto sobre operações financeiras (IOF), ainda que não iniciada a vigência da apólice.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção dos prêmios de seguros, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriores baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

c) Baixa de ativos financeiros

A Seguradora baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Seguradora reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Seguradora continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

A Seguradora baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4. Ativos e passivos de resseguros

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados.

Os ativos e passivos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguro diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme contratos firmados de cessão de risco, cujo o período de cobertura ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme período de exposição do risco, (ii) as parcelas correspondentes a indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores, (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos, e (iv) adiantamento para implantação de novo produto.

3.5. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.6. Demais ativos circulantes e ativos não circulantes

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização.

3.7. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e compreende a equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos, imobilizações em cursos e benfeitoria em imóveis de terceiros. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, com os seguintes prazos: dez anos para móveis, utensílios, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, e em cinco anos para equipamentos de informática, softwares e veículos.

Um item do imobilizado é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O ativo imobilizado da Seguradora inclui ativos referentes à participação na Seguradora Líder S.A (consórcio DPVAT).

3.8. Ativos intangíveis

Referem-se substancialmente a softwares, com amortização reconhecida linearmente em até cinco anos.

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

No final de cada exercício, a Seguradora revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.10. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data-base das demonstrações contábeis.

3.11. Contratos de seguro

As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contratos de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

3.12. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA:

- As provisões técnicas (IBNR, PSL e outras provisões técnicas) relativas ao Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder;

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A PPNG considera como data base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, de acordo com normativo regulatório específico;
- A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) têm como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referente aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão, sendo constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, a PPNG-RVNE é constituída com base nos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador;
- A provisão para sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo;
- A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - Incurred But Not Reported) é constituída a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos sinistros ocorridos e avisados. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos resultados observados nos testes de consistência desta provisão ou através dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador;
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

3.13. Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test - LAT)

Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 517/2015, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de junho de 2018, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 30 de junho de 2018 foram, em média, as seguintes:

- Seguro de Danos - 30,00%;
- Seguro de Pessoas - 17,00%.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Usebens Seguros S.A. realizado para a data base de 30 de junho de 2018, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 517/2015.

3.14. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da contribuição social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e voltará para a alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com as mesmas taxas acima.

3.16. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte maneira:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões judiciais - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente.

3.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício social, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3.18. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do período e conseqüentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

4. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

As demonstrações contábeis são impactadas por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Seguradora na elaboração das demonstrações contábeis. A Seguradora faz estimativas e utilizam premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos períodos. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente.

As estimativas e premissas utilizadas pela Seguradora são as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas aplicáveis e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6);
- Provisão para riscos de créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber (nota explicativa nº 7c);
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (nota explicativa nº 9).
- Provisões técnicas de seguros (nota explicativa nº 13).

5. Gerenciamento de riscos

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco financeiro/liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados.

A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos, processos e sistemas, trabalhando de maneira incessante para o constante aprimoramento dessa estrutura.

5.1. Risco de seguro

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e, conseqüentemente, sujeito a oscilações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A gestão de riscos concentra em quatro aspectos principais:

- Controlar o impacto dos eventos negativos;
- Buscar oportunidades visando à obtenção de vantagem competitiva;
- Alinhar o apetite de risco com a estratégia da Seguradora;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos.

Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos.

Os objetivos da subscrição de riscos da Seguradora é desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A Seguradora acredita que as técnicas de subscrição de riscos que auxiliam na identificação e entendimento do risco e na definição do preço de seguros de forma apropriada. Além disso, a Seguradora monitora a qualidade dos negócios por parte das concessionárias, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

a) Concentração de riscos dos contratos de seguro

A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades é determinada com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ramos de atuação	Prêmios emitidos por região geográfica					Total
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	
Compreensivo empresarial	1	-	-	-	-	1
Riscos diversos	58	46	-	-	-	104
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	1	-	-	-	-	1
Extensão de garantia - veículos	184	5	-	47	-	236
Assist. e outras coberturas - auto	301	71	2	22	-	396
Automóvel	4.896	291	178	59	30	5.454
Prestamista	32.507	560	18	4.400	-	37.485
Acidentes pessoais	231	16	1	1	1	250
Eventos aleatórios	31	-	-	-	-	31
Vida em grupo	36	37	1	3	-	77
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	1.566	693	164	123	52	2.598
Acidentes pessoais	79	5	16	13	6	119
DPVAT	5.748	2.191	1.723	889	753	11.304
Em 30 de junho de 2018	<u>45.639</u>	<u>3.915</u>	<u>2.103</u>	<u>5.557</u>	<u>842</u>	<u>58.056</u>
Proporção - %	78,62	6,74	3,62	9,57	1,45	100,00
Em 30 de junho de 2017	26.641	5.229	2.517	5.135	1.018	40.540
Proporção - %	<u>65,72</u>	<u>12,90</u>	<u>6,21</u>	<u>12,67</u>	<u>2,50</u>	<u>100,00</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Teste de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta o impacto gerado, pelas análises de sensibilidade do modelo no lucro líquido, caso a sinistralidade, despesas administrativas e taxas de juros variem 10% ou 15%, em 30 de junho de 2018, exceto sobre os valores referentes ao seguro DPVAT:

	Impacto no resultado			
	30 de junho de 2018		30 de junho de 2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 10% das despesas administrativas	(318)	(318)	(326)	(326)
Redução de 10% das despesas administrativas	314	314	322	322
Aumento de 15% dos valores de sinistros	(529)	(527)	(315)	(315)
Redução de 15% dos valores de sinistros	524	522	311	311
Aumento de 10% nas taxas de juros	76	76	107	107
Redução de 10% nas taxas de juros	(85)	(85)	(119)	(119)

5.2. Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de títulos e valores mobiliários. Para mitigar esses riscos são levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico onde são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

- Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira;
- Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora;
- Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

a) Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, câmbio, ações, etc.), causada por fatores adversos. As transações da Seguradora são realizadas em reais, portanto ela não está exposta ao risco de moeda.

A Seguradora está sujeita ao risco de taxas de juros, dada política e o montante aplicado em investimentos remunerados ao CDI e, em remunerações baseadas em taxas pós-fixados (indexada à SELIC) em títulos públicos federais.

Seguindo uma política conservadora, a Seguradora opta pelo investimento em títulos públicos para a cobertura das reservas e as demais aplicações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha, minimizando o risco de mercado, não necessitando, atualmente, de modelos definidos para a avaliação de riscos. As taxas contratadas estão discriminadas na nota explicativa nº 6 (a).

b) Risco de liquidez

Define-se risco de liquidez como a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações - esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Também é considerado risco de liquidez a possibilidade de a Seguradora não conseguir negociar a preço de mercado uma posição - seja devido ao seu tamanho elevado em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

A Seguradora adota como política a classificação de seus investimentos na categoria disponíveis para venda, visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez, como também o excesso de caixa é investido em fundo de investimento com liquidez imediata, possibilitando movimentação conforme necessidade apontada no fluxo de caixa.

A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

c) Riscos de crédito

É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificadamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como risco de concentração, risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

A Seguradora, na gestão do risco de crédito, vale-se da legislação da Autarquia para minimizar problemas.

Importante destacar que os prêmios de seguros praticados pela Seguradora, nos ramos em que atua são pequenos, o que em tese, diminui de sobremaneira a possibilidade de risco de crédito. Some-se a isso, a possibilidade que a Seguradora tem de, em determinados produtos de, readequar a vigência da apólice/risco de acordo com o prêmio efetivamente pago pelo Segurado, em caso de inadimplência.

O risco de crédito atribuído a saldos de segurados incorridos a partir da falta de pagamento de prêmios somente perdurará durante o prazo de carência especificado na apólice até o vencimento, quando a apólice de seguros será paga ou liquidada.

5.3. Gestão de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora quanto da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os esforços da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Apresentamos a seguir o cálculo do capital mínimo requerida da Seguradora, para a data-base de 30 de junho de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

i) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados, alterou em 15 de julho de 2015 os requisitos de cálculo de capital regulatório de seguros com a divulgação da Resolução CNSP nº 321/2015. O normativo dispõe sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de cálculo de capital provenientes dos riscos de crédito, subscrição, operacional e mercado.

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	22.404	22.034
Despesas antecipadas	(15)	(20)
Ativo intangível	(214)	(185)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	280	-
Patrimônio líquido ajustado	<u>22.455</u>	<u>21.829</u>
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	14.836	10.811
Capital de risco de crédito	1.030	1.167
Capital de risco operacional	369	347
Capital de risco de mercado	978	831
Benefício da diversificação (capital de risco)	(1.186)	(1.125)
Capital de risco (b)	<u>16.027</u>	<u>12.031</u>
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (a) e (b))	16.027	15.000
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	22.455	21.829
Suficiência de capital (PLA - CMR)	<u>6.428</u>	<u>6.829</u>
Suficiência do PLA : (PLA - CMR) / CMR	40,11%	45,53%
Liquidez do ativo = (AL) / CMR	30,23%	27,55%

- (i) O Capital Mínimo Requerido passou a ser o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015;
- (ii) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido. Conforme demonstrado acima, a Seguradora apresentou uma suficiência de R\$ 6.428 do patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2018 em relação ao Capital Mínimo Requerido, demonstrando uma suficiência do PLA em relação ao CMR de 40,11%. Além disso, pode-se observar que a Seguradora apresentou suficiência de liquidez em relação ao CR, da ordem de 87,09%, índices estes que justificam a solvência da Seguradora e, conseqüentemente, a não necessidade de elaboração do Plano de Regularização de Solvência.

Lembrando que o Capital de Risco de Mercado demonstrado representa 100% do valor exigido em 30 de junho de 2018, em conformidade com o estabelecido no normativo em vigor.

5.4. Risco legal

No curso normal de suas atividades de seguros, a Seguradora pode ser envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, que são tratadas de acordo com a nossa política de sinistros.

Como as práticas da indústria de seguros e questões legais, judiciais e sociais mudam inesperados e indesejados resultados relacionados aos sinistros e suas coberturas poderão surgir. Esses problemas podem ter um efeito negativo nos resultados financeiros da Seguradora, estendendo a cobertura para além do que foi subscrito ou aumentando a quantidade e os valores envolvidos nas ações judiciais.

Na medida em que as decisões judiciais são proferidas e estas podem aumentar os valores de indenizações, as reservas de sinistros podem revelar-se insuficientes para cobrir as perdas reais. Nesse caso, a Seguradora ajusta suas reservas ao valor da perda provável. Tal ajuste poderá ter um efeito material adverso na sua condição financeira, no seu resultado financeiro e em seus fluxos de caixa.

5.5. Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer grande operação. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas, e impactos sociais e ambientais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com seu apetite de risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos e controles, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência incluindo gestão de incidente e plano de continuidade de negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição (custo atualizado)

	Taxa de juros	30/06/2018		31/12/2017	
		R\$	%	R\$	%
Títulos disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	47.038	39,78	39.686	38,35
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Quotas de fundos de investimento - não exclusivo		4.845	4,10	4.133	3,99
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT		66.188	55,98	59.497	57,50
Total		118.071	99,86	103.316	99,84
Outras aplicações (participação no DPVAT)		170	0,14	164	0,16
Total de aplicações		118.241	100,00	103.480	100,00

b) Composição da aplicação financeira por vencimento

Apresentamos a seguir a composição dos títulos e valores mobiliários por prazo e por título. Os títulos de renda fixa privados têm o seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA):

	Custo atualizado			Valor contábil	Marcação a mercado
	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias		
Títulos disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	-	796	46.242	47.038	(29)
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	4.845	-	-	4.845	-
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	66.188	-	-	66.188	-
Outras aplicações - Participação DPVAT	170	-	-	170	-
Total em 30 de junho de 2018	71.203	796	46.242	118.241	(29)

	Custo atualizado			Valor contábil	Marcação a mercado
	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias		
Títulos disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	-	32.855	6.831	39.686	(8)
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	4.133	-	-	4.133	-
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	59.497	-	-	59.497	-
Outras aplicações Participação DPVAT	164	-	-	164	-
Total em 31 de dezembro de 2017	63.794	32.855	6.831	103.480	(8)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

c) Movimentação

	Vr contábil em 31/12/2017	Resgates	Aplicações	Rendimento	Marcação a mercado	Saldo em 30/06/2018
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	39.678	(33.209)	39.202	1.359	(21)	47.009
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	59.497	(2.384)	7.157	1.918	-	66.188
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	4.133	(2.368)	2.982	98	-	4.845
Outras aplicações - Participação DPVAT	164	-	6	-	-	170
Total	<u>103.472</u>	<u>(37.961)</u>	<u>49.347</u>	<u>3.375</u>	<u>(21)</u>	<u>118.212</u>

d) Mensuração de valor justo para o reconhecimento de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível1).

O CPC 38 requer que a Seguradora calcule o valor justo de investimentos classificados como disponíveis para venda que estão em um mercado inativo. Em 30 de junho de 2018, a Seguradora apresentava participação no convênio DPVAT no montante de R\$170. Pelo fato dessa aplicação no DPVAT não apresentar um mercado ativo e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

e) Cobertura das provisões técnicas de seguros

Para a garantia das provisões técnicas, a Seguradora manteve os seguintes ativos:

	30/06/2018	31/12/2017
Total das provisões técnicas	145.920	122.829
Letras Financeiras do Tesouro	47.009	39.678
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	66.188	59.497
Ativos de Resseguro, conforme artigo 58º da Circular SUSEP nº 517/15	82	106
Direito Creditório	6.250	-
Custos de aquisição diferidos, efetivamente liquidados, conforme artigo 58º da Circular SUSEP nº 517/15	40.404	29.148
Total dos ativos garantidores	<u>159.933</u>	<u>128.429</u>
Excedente de cobertura	14.013	5.600
Ativos livres	<u>4.845</u>	<u>4.133</u>
Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos	<u>4.845</u>	<u>4.133</u>

f) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. A seguir, a abertura dos prêmios a receber e prazo médio de parcelamento (em meses), segregado por ramo de atuação:

Ramos	Prazo médio recebimento	30/06/2018	31/12/2017
Extensão de garantia	5	37	46
Automóvel	12	7.111	6.453
Assistência e outras coberturas - auto	10	268	216
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	12	7	16
Riscos diversos	1	11	20
Seg. Hab. Apól. Merc. - Demais Cobert.	1	8	10
Acidentes pessoais - individuais	12	174	119
Prestamista	1	23	427
Acidentes pessoais - coletivo	1	39	15
Vida em grupo	1	6	8
P-RVNE	-	6.136	6.490
Provisão para riscos sobre créditos	-	(323)	(362)
Total		<u>13.497</u>	<u>13.458</u>
Circulante		13.497	13.458

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

a) Movimentação do grupo de prêmios a receber

	30/06/2018
Prêmios pendentes no início do período	13.458
(+) Prêmios emitidos/reactivados	49.011
(+) IOF	795
(-) Prêmios cancelados	2.082
(-) Recebimentos	47.370
Prêmios riscos vigentes não emitidos	(354)
Reversão provisão para perda	39
Prêmios pendentes no final do período	<u>13.497</u>

b) Prêmios a receber por faixa de vencimento

	30/06/2018	31/12/2017
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	117	236
Vencidos entre 31 e 60 dias	7	7
Vencidos entre 61 e 180 dias	6	27
Vencidos entre 181 e 365 dias	17	78
Vencidos a mais de 366 dias	323	257
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	1.124	1.307
A vencer entre 31 e 60 dias	948	757
A vencer entre 61 e 180 dias	3.146	2.611
A vencer entre 181 e 365 dias	1.996	2.050
P-RVNE	6.136	6.490
Provisão para riscos sobre créditos	(323)	(362)
Total	<u>13.497</u>	<u>13.458</u>

c) Provisão para riscos de crédito

A provisão para riscos de crédito é constituída com base nos prêmios vencidos, líquido de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com base na análise individual das faturas pendentes de pagamento há mais de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos. Em 30 de junho de 2018, a provisão para riscos de crédito no ativo circulante é de R\$323 (R\$362 em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação da provisão para riscos de crédito

	Saldo em 31/12/2017	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 30/06/2018
Riscos diversos	-	1	-	1
Extensão de garantia	1	-	-	1
Automóvel	339	16	34	321
Assist. e outras coberturas - auto	3	-	3	-
Prestamista - coletivo	9	31	40	-
Acidentes pessoais - coletivo	5	2	7	-
Prestamista - individuais	1	-	1	-
Acidentes pessoais - individual	4	-	4	-
	<u>362</u>	<u>50</u>	<u>89</u>	<u>323</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Operações com resseguradoras

a) Composição do ativo

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações com resseguradoras		
Sinistros liquidados a recuperar com resseguradora	12	14
Participação de Resultado a receber	219	-
Ativos de resseguros		
Provisão de prêmios não ganhos	8	8
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	62	94
Sinistros Pendentes de Pagamento	22	12
Total	<u>323</u>	<u>128</u>

b) Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do período	128	238
Constituição	74	125
Reversão	(106)	(144)
Sinistros recuperados	(17)	(113)
Sinistros a recuperar	25	22
Outros	219	-
Saldo no final do período	<u>323</u>	<u>128</u>

USEBENS SEGUROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

c) Composição por ressegurador

Resseguradoras	Susep	Contrato			Recuperação de Sinistros		Sinistros a Recuperar	
		Categoria	Tipo	Código	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	042/2014	4	-	4	-
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	069/2015	17	(4)	23	6
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	047/2016	-	6	-	-
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000032674	3	-	7	-
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000036086	1	20	-	20
Total					25	22	34	26

d) Demonstração do percentual ressegurado

Ramos	Prêmios emitidos		Resseguro cedido		Prêmios retidos		% de retenção		% de prêmio de resseguro cedido	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Prestamista	37.648	20.329	291	263	37.357	20.066	99,23%	98,71%	0,77%	1,29%
Acidentes pessoais - coletivos	249	150	-	-	249	150	100,00%	100,00%	-	-
Vida em grupo	77	94	12	12	65	82	84,42%	87,23%	15,58%	12,77%
Automóvel	5.455	-	4	-	5.451	-	99,93%	-	0,07%	-
Seg. Hab. Apól. Merc. - Demais Cobert.	2.598	2.480	185	229	2.413	2.251	92,88%	90,77%	7,12%	9,23%
Total	46.027	23.053	492	504	45.535	22.549				

e) Composição do passivo

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro a liquidar (líquido de Comissão)	522	394
Adiantamento de ressegurador	5.454	3.570
Riscos vigentes e não emitidos de resseguro	62	52
Total	6.038	4.016

USEBENS SEGUROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

f) Composição por ressegurador

Resseguradoras	Susep	Contrato			Prêmios de resseguro cedidos		Prêmios de resseguro a liquidar	
		Categoria	Tipo	Código	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	31/12/2017
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	069/2015	-	-	-	-
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	047/2016	-	275	-	-
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000032674	-	229	-	165
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000030336	303	-	394	92
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	5000036086	185	-	123	137
Swiss Re Brasil Resseguros S.A	38270	Local	Repasse	4845-9969-4130	2	-	2	-
Swiss Reinsurance Company	42790	Admitida	Repasse	4845-9969-4130	2	-	3	-
Total					492	504	522	394

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Créditos tributários

Os saldos de créditos tributários estão compostos da seguinte maneira:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IR/CSLL - Incentivo Fiscal - Lei 11.196/2005	669	871
IR/CSLL antecipado	477	-
Ajustes temporais (a)	13	3
COFINS a compensar	5	8
PIS a compensar	1	1
Outros	5	2
Total	<u>1170</u>	<u>885</u>

(a) Refere-se imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros referentes aos ajustes negativos sobre os títulos e valores mobiliários mantidos em carteira, classificados como "Disponíveis para Venda".

10. Custo de aquisição diferido

As despesas com custo de aquisição são lançadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro, e diferidas quando devidas. São amortizadas com base no prazo de vigência das apólices (apresentado a seguir em meses), por meio de constituição e reversão de custo de aquisição diferido:

Ramos	Prazo médio diferimento	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Extensão de garantia	19	1.103	1.365
Automóvel	12	101	111
Assist e outras coberturas - auto	12	101	119
Riscos diversos	11	89	105
Prestamista - coletivo	26	39.702	29.283
Acidentes pessoais	5	6	12
Seg. Hab. Apól. Merc. - Demais Cobert.	1	-	1
Eventos Aleatórios	3	2	-
Acidentes pessoais	9	92	66
Total		<u>41.196</u>	<u>31.062</u>
Circulante		17.672	13.496
Não circulante		23.524	17.566

Movimentação dos custos de aquisição diferidos em 2017

	<u>Corretagem</u>	<u>Agenciamento</u>	<u>Pró-labore</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do período	1.833	299	28.930	31.062
Constituições	8.693	-	19.115	27.808
Cancelamentos	(162)	-	(146)	(308)
Amortização/reversões/baixas	(8.497)	(161)	(8.708)	(17.366)
Saldo no final do período	<u>1.867</u>	<u>138</u>	<u>39.191</u>	<u>41.196</u>

11. Ativo imobilizado

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Imobilizado

Depreciação e amortização do imobilizado pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens:

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições/ (Baixas) /Transferência	Depreciação/ amortização	Saldo em 30/06/2018	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Informática	239	1.045	107	1.177	20
Telecomunicações	5	15	2	18	20
Refrigeração	4	1	1	4	20
Móveis maq. utensílios	59	19	6	72	10
Veículos	169	20	21	168	20
Outras imobilizações	124	220	18	326	10
Outras imobilizações em curso	1.012	(990)	-	22	-
	<u>1.612</u>	<u>330</u>	<u>155</u>	<u>1.787</u>	

12. Depósitos de terceiros

Estes saldos referem-se, basicamente, a prêmios de seguros recebidos, pendentes de identificação e respectiva baixa, estando alocados na Rubrica "Prêmios a receber" do ativo circulante.

Composição de saldos com aging list

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios e Emolumentos Recebidos		
Até 60 dias	2	3
De 61 a 120 dias	2	1
Acima de 120 dias	18	16
Total	<u>22</u>	<u>20</u>

13. Demonstrativos das provisões técnicas

Ramos	30 de junho de 2018			
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA
Extensão de garantia	1.996	26	20	-
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	5	-	-	-
Automóvel	6.016	1.318	288	2
Assist e outras coberturas - auto	420	6	10	-
Riscos diversos	218	-	5	-
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	4	5	213	-
Prestamista - coletivo	62.578	1.065	5.153	159
Acidentes pessoais - individuais	190	-	20	-
Acidentes pessoais - coletivos	4	-	35	1
Eventos Aleatórios	10	-	5	-
Vida em grupo	-	-	13	-
DPVAT	-	7.274	58.145	716
Total	<u>71.441</u>	<u>9.694</u>	<u>63.907</u>	<u>878</u>
Circulante	37.385	9.694	63.907	878
Não circulante	34.056	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Ramos	31 de dezembro de 2017			
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA
Extensão de garantia	2.466	109	30	-
Compreensivo Empresarial	-	-	1	-
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	14	-	1	-
Automóvel	5.271	508	215	5
Assist. e outras coberturas - auto	413	12	17	-
Riscos diversos	254	-	5	-
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	18	67	490	-
Prestamista - coletivo	47.706	820	4.653	25
Acidentes pessoais - individuais	132	-	13	-
Acidentes pessoais - coletivos	13	15	24	-
Eventos Aleatórios	30	-	4	-
Vida em grupo	1	7	72	-
DPVAT	-	7.769	51.317	332
Total	<u>56.318</u>	<u>9.307</u>	<u>56.842</u>	<u>362</u>
Circulante	31.083	9.307	56.842	362
Não circulante	25.235	-	-	-

a) Movimentação das provisões técnicas

	30 de junho de 2018			
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA
Saldo no início do período	56.318	9.307	56.842	362
(+) Constituição/emissão	46.930	-	-	-
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(31.999)	-	-	-
(+) Aviso de sinistros	-	16.322	-	113
(+/-) Ajuste/cancelamento sinistros	-	(9.976)	-	(2)
(-) Pagamento de sinistros	-	(5.465)	-	(114)
(-) Outras reversões	(5.161)	(1.319)	(6.170)	(27)
(+) Outras constituições	5.353	825	13.235	546
Saldo no fim do período	<u>71.441</u>	<u>9.694</u>	<u>63.907</u>	<u>878</u>

USEBENS SEGUROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Desenvolvimento de sinistros

A tabela a seguir demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Bruto de resseguro - Administrativos e judiciais

INCORRIDO (+) IBNR	JUN/2013	JUN/2014	JUN/2015	JUN/2016	JUN/2017	JUN/2018	TOTAL
Até a data-base	466.589,96	1.592.114,35	3.315.410,48	3.914.828,61	10.933.640,47	15.919.919,30	
Um ano mais tarde	357.064,34	1.006.355,53	1.553.841,69	3.639.201,06	7.406.639,73	-	
Dois anos mais tarde	355.680,34	1.006.355,53	1.486.485,19	3.776.795,34	-	-	
Três anos mais tarde	355.680,34	989.870,41	1.510.731,11	-	-	-	
Quatro anos mais tarde	355.680,34	989.870,41	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde	355.680,34	-	-	-	-	-	
Posição em 30 de junho de 2018	<u>355.680,34</u>	<u>989.870,41</u>	<u>1.510.731,11</u>	<u>3.776.795,34</u>	<u>7.406.639,73</u>	<u>15.919.919,30</u>	
PAGO ACUMULADO	JUN/2013	JUN/2014	JUN/2015	JUN/2016	JUN/2017	JUN/2018	
Até a data-base	(248.236,23)	(702.757,89)	(1.048.821,09)	(1.849.343,73)	(5.517.920,61)	(7.984.436,09)	
Um ano mais tarde	(355.680,34)	(948.067,53)	(1.432.196,31)	(3.472.034,39)	(7.203.494,34)	-	
Dois anos mais tarde	(355.680,34)	(989.870,41)	(1.486.085,19)	(3.597.514,72)	-	-	
Três anos mais tarde	(355.680,34)	(989.870,41)	(1.486.085,19)	-	-	-	
Quatro anos mais tarde	(355.680,34)	(989.870,41)	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde	(355.680,34)	-	-	-	-	-	
Posição em 30 de junho de 2018	<u>(355.680,34)</u>	<u>(989.870,41)</u>	<u>(1.486.085,19)</u>	<u>(3.597.514,72)</u>	<u>(7.203.494,34)</u>	<u>(7.984.436,09)</u>	
Atualização monetária acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros em 30/06/2018	-	-	24.645,92	179.280,62	203.145,38	7.935.483,21	8.342.555,13
Sobra/Falta acumulada (R\$)	110.909,62	602.243,94	1.804.679,37	138.033,27	3.527.000,75	-	-
Sobra/Falta acumulada (%)	31,18%	60,84%	119,46%	3,65%	47,62%	-	-

USEBENS SEGUROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Líquido de resseguro - Administrativos e judiciais

INCORRIDO (+) IBNR	JUN/2013	JUN/2014	JUN/2015	JUN/2016	JUN/2017	JUN/2018	TOTAL
Até a data-base	466.589,96	1.592.114,35	2.768.463,85	3.773.927,04	10.760.552,88	15.834.227,06	
Um ano mais tarde	357.064,34	1.006.355,53	1.269.066,73	3.502.012,81	7.364.741,77	-	
Dois anos mais tarde	355.680,34	1.006.355,53	1.245.673,23	3.633.740,14	-	-	
Três anos mais tarde	355.680,34	989.870,41	1.266.330,19	-	-	-	
Quatro anos mais tarde	355.680,34	989.870,41	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde	355.680,34	-	-	-	-	-	
Posição em 30 de junho de 2018	<u>355.680,34</u>	<u>989.870,41</u>	<u>1.266.330,19</u>	<u>3.633.740,14</u>	<u>7.364.741,77</u>	<u>15.834.227,06</u>	
PAGO ACUMULADO	JUN/2013	JUN/2014	JUN/2015	JUN/2016	JUN/2017	JUN/2018	
Até a data-base	(248.236,23)	(702.757,89)	(852.257,72)	(1.792.109,95)	(5.502.329,56)	(7.959.863,65)	
Um ano mais tarde	(355.680,34)	(948.067,530)	(1.194.078,79)	(3.351.562,81)	(7.162.510,51)	-	
Dois anos mais tarde	(355.680,34)	(989.870,41)	(1.245.273,23)	(3.472.495,51)	-	-	
Três anos mais tarde	(355.680,34)	(989.870,41)	(1.245.273,23)	-	-	-	
Quatro anos mais tarde	(355.680,34)	(989.870,41)	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde	(355.680,34)	-	-	-	-	-	
Posição em 30 de junho de 2018	<u>(355.680,34)</u>	<u>(989.870,41)</u>	<u>(1.245.273,23)</u>	<u>(3.472.495,51)</u>	<u>(7.162.510,51)</u>	<u>(7.959.863,65)</u>	
Atualização monetária acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros em 30/06/2018	-	-	21.056,96	161.244,63	202.231,25	7.874.363,41	8.258.896,25
Sobra/Falta acumulada (R\$)	110.909,62	602.243,94	1.502.133,66	140.186,90	3.395.811,12	-	-
Sobra/Falta acumulada (%)	31,18%	60,84%	118,62%	3,86%	46,11%	-	-

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada período de 30 de junho estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

c) Sinistros a liquidar judiciais

A Seguradora possui a seguinte quantidade de ações judiciais e saldos de sinistros a liquidar judiciais:

Faixa (anos)	30 de junho de 2018			
	DPVAT		Usebens	
	PSL judicial (R\$)	Quantidade	PSL judicial (R\$)	Quantidade
0 - 1	1.875	889	60	2
1 - 2	1.468	704	73	3
2 - 3	945	459	179	3
3 - 4	658	318	24	1
4 - 5	370	174		
Acima de 5	597	233		
	<u>5.913</u>	<u>2.777</u>	<u>336</u>	<u>9</u>

Informações dos sinistros pagos no período:

	Quantidade	Valor de pagamento (R\$)	Valor de abertura (R\$)
DPVAT	183	1.135	1.103
Usebens	2	1	1

14. Ativos contingentes e provisões judiciais

A Seguradora em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não possui ativos contingentes ou provisões judiciais, exceto quanto aos sinistros a liquidar judiciais conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.c.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, encontra-se representado por 18.885.250 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

15.2. Distribuição de resultados

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 5% sobre o lucro líquido de cada exercício, após constituição da reserva legal.

Em 2 de março de 2017 e 1º de setembro de 2017, a Seguradora deliberou a AGO e a AGE que aprovaram a distribuição de dividendos aos acionistas, proveniente do valor alocado na conta "Outras Reservas de Lucros", os quais foram pagos, até 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 13 de março de 2018, a Seguradora deliberou a AGOE que aprovou a distribuição de dividendos de R\$ 770 aos acionistas, proveniente do valor alocado na conta "Outras Reservas de Lucros", os quais serão pagos, até 31 de dezembro de 2018.

15.3. Reservas de lucros - reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

16. Detalhamento das principais contas do resultado

16.1. Prêmios de seguros auferidos

Ramos	Prêmios retidos		Variação das provisões técnicas		Prêmios ganhos	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Compreensivo residencial	-	8	-	-	-	8
Compreensivo Empresarial	1	27	-	-	1	27
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	-	4	8	(2)	8	2
Extensão de garantia - auto	237	352	469	321	706	673
Riscos diversos	104	127	36	97	140	224
Assist outras coberturas - auto	396	404	(7)	(10)	389	394
Prestamista - coletivo	37.126	21.446	(14.871)	(7.278)	22.255	14.168
Prestamista - individual	-	2	-	1	-	3
Automóvel	5.469	2.706	(745)	418	4.724	3.124
Seg. Hab. Apól. Merc. - Demais Cobert.	2.592	2.481	14	(40)	2.606	2.441
Acidentes pessoais - individuais	123	36	(57)	16	66	52
Acidentes pessoais - coletivos	253	151	9	12	262	163
Eventos Aleatórios	21	35	20	(7)	41	28
Vida em grupo	76	93	1	1	77	94
DPVAT	11.304	13.853	(523)	(252)	10.781	13.601
	<u>57.702</u>	<u>41.725</u>	<u>(15.646)</u>	<u>(6.723)</u>	<u>42.056</u>	<u>35.002</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

16.2. Sinistros ocorridos

	30/06/2018	30/06/2017
Extensão de garantia	(88)	(164)
Compreensivo residencial	-	29
Compreensivo Empresarial	-	(16)
Assist e outras coberturas - auto	(106)	(144)
DPVAT	(9.158)	(11.655)
Riscos diversos	(15)	(18)
Automóvel	(3.794)	(1.676)
Prestamista - coletivo	(2.927)	(2.683)
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	234	(241)
Acidentes pessoais - individuais	(7)	(2)
Acidentes pessoais - coletivos	(6)	9
Eventos Aleatórios	(1)	(1)
Vida em grupo	59	(101)
Total	<u>(15.809)</u>	<u>(16.663)</u>

16.3. Custos de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões sobre prêmios retidos	(8.666)	(6.251)
Outras despesas de comercialização	(18.968)	(9.003)
Variação dos custos de aquisição diferidos	10.134	4.177
Total	<u>(17.500)</u>	<u>(11.077)</u>

16.4. Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal próprio	(1.616)	(1.411)
Despesas com serviços de terceiros	(3.377)	(3.758)
Despesas com localização e funcionamento	(446)	(412)
Despesas com publicidade e propaganda	(134)	(138)
Despesas com publicações	(97)	(103)
Outras	(14)	(19)
Despesas com donativos e contribuições	(30)	(17)
Despesas administrativas convênio DPVAT	(1.146)	(1.104)
Total	<u>(6.860)</u>	<u>(6.962)</u>

16.5. Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras		
Rendimento das aplicações de renda fixa	1.457	2.046
Rendimento das aplicações de renda fixa - DPVAT	1.990	3.307
Outras receitas financeiras	13	-
Total	<u>3.460</u>	<u>5.353</u>
Despesas financeiras		
Despesas financeiras - atualização monetária - DPVAT	(1.871)	(3.216)
Outras despesas financeiras	(9)	(5)
Total	<u>(1.880)</u>	<u>(3.221)</u>
Total do resultado financeiro	<u>1.580</u>	<u>2.132</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

16.6. Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com COFINS/PIS	(1.294)	(949)
Impostos estaduais	(6)	(4)
Impostos municipais	(12)	(10)
Taxa de fiscalização	(399)	(385)
Contribuição sindical patronal	(6)	(10)
Total	(1.717)	(1.358)

16.7. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Outras Receitas - DPVAT	744	698
Provisão sobre riscos de créditos	39	(109)
Despesas com cobrança - DPVAT	(1.071)	(1.164)
Outras despesas - DPVAT	(210)	(299)
Outras despesas com operações de seguros	(464)	(234)
Total	(962)	(1.108)

17. Transações com partes relacionadas

17.1. Partes relacionadas

A Seguradora mantém contrato de “Prestação de Serviços Operacionais, de Informática e Outras Avenças” com a empresa Usebens Multi Automóveis Usados Ltda. Durante o período de 2018 foram incorridas despesas no montante de R\$1.320 (R\$1.566 em 30 de junho de 2017).

17.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Os honorários atribuídos nos semestres aos Administradores da Seguradora são:

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração		
Pró-Labore e encargos	436	318
	436	318

18. Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), líquido de participações	1.913	993
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(861)	(447)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, cujos créditos não foram constituídos:		
Outros	99	9
Despesa com IRPJ e CSLL	(762)	(438)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

19. Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Índice de Sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Extensão de garantia - auto	706	673	12	24	52	46
Compreensivo residencial	-	8	-	(363)	-	13
Compreensivo Empresarial	1	27	-	59	-	11
DPVAT	10.781	13.601	85	86	1	1
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	8	2	-	-	-	-
Assist outras coberturas - auto	389	394	27	37	26	32
Automóvel	4.724	3.124	80	54	2	2
Riscos diversos	140	224	11	8	40	41
Prestamista - coletivo	22.255	14.168	13	19	68	63
Prestamista - individual	-	3	-	-	-	67
Eventos Aleatórios	41	28	2	4	-	-
Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert.	2.606	2.441	(9)	10	-	-
Acidentes pessoais - individuais	66	52	11	4	-	-
Acidentes pessoais - coletivos	262	163	2	(6)	21	20
Vida em grupo	77	94	(77)	107	10	10
	<u>42.056</u>	<u>35.002</u>				

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2018.